



**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO  
CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANA KARINE DOS SANTOS RIBEIRO  
FELIPE HUDSON DE OLIVEIRA MOURA**

**TERCEIRO SETOR: CONTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS**

**FORTALEZA**

**2022**

ANA KARINE DOS SANTOS RIBEIRO  
FELIPE HUDSON DE OLIVEIRA MOURA

TERCEIRO SETOR: CONTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Artigo TCC apresentado ao curso de Bacharel em Ciências Contábeis do Ciências Contábeis do Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO – como requisito para a obtenção do grau de bacharel, sob a orientação da prof.<sup>a</sup> Esp. José Maria Alexandre Silva.

FORTALEZA

2022

ANA KARINE DOS SANTOS RIBEIRO  
FELIPE HUDSON DE OLIVEIRA MOURA

TERCEIRO SETOR: CONTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Artigo TCC apresentada no dia 13 de junho de 2022 como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis do Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO – tendo sido aprovado pela banca examinadora composta pelos professores abaixo:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>o</sup>. Esp. José Maria Alexandre Silva  
Orientador – Centro Universitário Fametro

---

Prof<sup>a</sup>. M.<sup>a</sup> Aline da Rocha Xavier  
Membro - Centro Universitário Fametro

---

Prof<sup>a</sup>. M.<sup>a</sup> Talyta Eduardo de Oliveira  
Membro - Centro Universitário Fametro

A Deus e ao Josué pela dedicação e cuidado de amigo e irmão, no decorrer do nosso caminho neste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo dom da vida, pela ajuda e proteção e por nos guiar à conclusão de mais uma preciosa etapa de minha vida.

A nossa família pela compreensão nos momentos ausentes e pela motivação diária para que não desistíssemos da nossa caminhada.

Aos padres: Pe. Regis Teles, Pe. José Carlos, e Pe. Gilvan, Padre Jânio e demais padre amigos que nos apoiaram em suas orações.

A todos os nossos amigos que nos incentivaram e estiveram conosco durante a nossa jornada.

Aos nossos queridos professores, em especial ao nosso orientador, José Maria Alexandre, que acreditou no nosso trabalho.

Todos os administradores têm a obrigação de desempenhar as funções com a diligência de um bom pai de família.

Catecismo da Igreja Católica

## TERCEIRO SETOR: CONTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Ana Karine dos Santos Ribeiro<sup>1</sup>

Felipe Hudson de Oliveira Moura<sup>2</sup>

Jose Maria Alexandre Silva<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo apresenta um estudo de caso sobre o relatório de entradas e saídas de uma Organização Religiosa Católica, pertencente à Arquidiocese de Belém. Com o objetivo geral de analisar como as organizações religiosas organizam e controlam suas entradas e saídas de recursos para tomada de decisão e propor relatórios que ressaltem a relevância da informação contábil para essas instituições. Portanto, com as evidências apresentadas ao longo deste artigo certamente contribui na melhoria do relatório utilizado pela paróquia, utilizado a serviço da evangelização.

**Palavras-chaves:** Terceiro Setor; Organização Religiosa; Controle de entradas e saídas de recursos

### ABSTRACT

This article presents a case study on the report of entries and exits of a Catholic Religious Organization, belonging to the Archdiocese of Belém. With the general objective of analyzing how religious organizations organize and control their inflows and outflows of resources for decision making and to propose reports that emphasize the relevance of accounting information for these institutions. Therefore, with the evidence presented throughout this article, it certainly contributes to the improvement of the report used by the parish, used in the service of evangelization.

**Keywords:** Third Sector; Religious Organization; Control of inflows and outflows of resources

---

<sup>1</sup>Graduando do curso Ciências Contábeis de Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO.

<sup>2</sup>Graduando do curso Ciências Contábeis de Centro Universitário Fametro - UNIFAMETRO.

<sup>3</sup>Profª. Orientador do curso de Ciências Contábeis de Centro Universitário Fametro - UNIFAMETRO

## 1 INTRODUÇÃO

A saúde de uma organização depende de uma boa gestão contábil de qualidade, tanto no âmbito privado ou público. De acordo com Marion (2008, p.23) “a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões, pois ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os em forma de relatórios, que contribuem para tomada de decisão”, sem isso, é muito comum surgir notícias de organizações encerrando as atividades, devido às suas más decisões de planejamento, investimento, os custos maiores que as receitas e entre outros motivos.

Segundo Santos (2012), as empresas nacionais são divididas em três setores: O primeiro setor que são as empresas públicas gerenciadas pelo governo, o segundo setor são as pessoas jurídicas privadas com fins lucrativos e o terceiro setor que são as instituições sem fins lucrativos. Em termos de proximidade, o Terceiro Setor se aproxima do primeiro pela orientação social e do segundo a medida que se trata de uma organização privada.

Com a insuficiência dos serviços disponibilizados pelo governo, surgem então as entidades do terceiro setor, para suprir essa lacuna. Dentre elas as organizações não governamentais (ONG), fundações, entidades beneficentes, associações, instituições religiosas. Elas possuem objetivo públicos sem a intenção de lucrar financeiramente, formadas pela união voluntária, de pessoas que têm as mesmas ambições do bem social nas mais diversas áreas, tais como a pobreza, fome, educação, saúde, meio ambiente, religioso e entre outras. Para Lacruz (2014), “O terceiro setor é representado por entidades privadas sem fins lucrativos que realizam atividades complementares às públicas, daí serem conhecidas como entidades públicas não governamentais.”

Embora as entidades do terceiro setor não possuam interesses lucrativos, essas instituições precisam de uma boa análise das demonstrações contábeis, de um bom fluxo de caixa, pois elas não estão 100% livres de impostos, devem fornecer as informações contábeis como qualquer outra pessoa jurídica do primeiro e segundo setor, e caso não apresente, será punida. Dentro desse aspecto a contabilidade exerce um papel fundamental,

pois concede a transparência através da prestação de contas e garante o cumprimento da legislação perante o fisco.

Dentro do terceiro setor estão as instituições religiosas que passaram a pertencer a este setor com a aprovação do novo marco legal com a Lei nº 13.019 de 31 de Julho e, no ano seguinte, a Lei nº 13.204 de 14 de dezembro de 2015. Cujas finalidades entre seus associados e simpatizantes é buscar a fé, através de meditações, orações, cultos, louvor e outras práticas religiosas. São criadas por pessoas que dedicam suas vidas nessa crença e acreditam ser o caminho para uma vida melhor.

Há vários obstáculos a serem vencidos ao abordar o tema sobre as instituições religiosas, um deles é a carência bibliográfica e existe uma necessidade de informacional sobre a contabilidade gerencial e de conceitos a respeito da administração e captação de recursos em prol do aprimoramento do trabalho. Tendo como base a delimitação do tema de pesquisa, a questão para o estudo desenvolvido por tais entidades é: Como as organizações religiosas organizam e controlam suas entradas e saídas de recursos e propor relatórios que ressaltem a relevância de relatórios contábeis?

O objetivo geral desta pesquisa será analisar como as organizações religiosas organizam e controlam suas entradas e saídas de recursos para tomada de decisão e propor relatórios que ressaltem a relevância da informação contábil para essas instituições. Os objetivos específicos consistem em: I) observar como uma instituição religiosa é constituída por meios legais, II) identificar as demonstrações obrigatórias a serem apresentadas, III) verificar se as demonstrações elaboradas são utilizadas para uma melhor gestão e IV) propor indicadores para tomadas de decisão com base nas informações já utilizadas.

A metodologia que será utilizada é a de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, legislação de constituição das instituições religiosas, sobre controle financeiro, patrimonial e de investimentos, buscar as demonstrações de uma paróquia católica e propor indicadores para tomada de decisão.

Esta pesquisa justifica-se para oferecer conhecimento ao pesquisador, ao leitor e para trazer esclarecimento sobre a utilização da contabilidade na prestação de contas das instituições religiosas, frente à

escassez de informações, material e indicadores que garantam a manutenção e o progresso do patrimônio da entidade.

Esta pesquisa está dividida em introdução, referencial teórico referente à contabilidade e terceiro setor, a metodologia, resultados e conclusão.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Terceiro Setor**

No Brasil, os primeiros focos de atuação surgiram em meados da década de 1970. Porém, foi a partir do final da década de 1980 e do início da década de 1990, que o termo Terceiro Setor passou a se tornar comum entre os teóricos da reforma do Estado no Brasil. O termo foi usado para fazer menção a um conjunto de entidades da sociedade civil de finalidade pública, mas sem objetivo de lucro. (SANTOS, 2012)

A economia nacional está dividida em setores, são eles: O Primeiro Setor que é caracterizado pelas organizações públicas, controladas pelo governo. O Segundo Setor conteria organizações privadas com fins lucrativos. E, por fim, o Terceiro Setor é composto por organizações privadas de interesse público sem a intenção de lucrar com as suas atividades, se diferenciando das entidades do segundo setor. (FERNANDES, 1994). “Ele engloba as entidades sem fins lucrativos, privadas, cuja atuação volta-se à atividade pública ou coletiva para a geração do bem comum.” (FISCHER, 2002. p.45).

“Nos termos do direito brasileiro, configuram-se como organizações do Terceiro Setor, ou ONGs – Organizações Não Governamentais as entidades de interesse social sem fins lucrativos, como as associações, e as fundações de direito privado, com autonomia e administração própria, cujo objetivo é o atendimento de alguma necessidade social ou a defesa de direitos difusos ou emergentes.”. (SABO, 2020.p.167)

Os conceitos dos modelos de organizações do Terceiro Setor são baseados em duas negações. Primeiro, elas não fazem parte do governo e segundo, elas não são geridas a partir da lógica de mercado, sendo que seus

dirigentes, de um modo geral, prestam serviços voluntários, sem pagamentos salariais ou dividendos (FERNANDES, 1994).

Dentro destes conceitos está inserida a Igreja Católica como Instituição Religiosa, que teve um papel importante na sua formação e, segundo Falconer (1999), diversos autores consideram as Santas Casas de Misericórdia como as primeiras entidades do Terceiro Setor fundadas no Brasil.

## **2.2 Instituições Religiosas**

As instituições religiosas são consideradas pessoas jurídicas de direito privado, com liberdade de criação, organização e funcionamento, segundo o § 1 do Art. 44 da Lei nº 10.406/2002, sendo vedado ao Poder Público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento. É formada por pessoas que se unem para realizar atividades sem fins lucrativos, voltadas à religião e em vista do bem comum.

A estrutura da organização religiosa é constituída por membros. No contexto da organização religiosa Católica, ela tem as regras do direito próprio de sua formação religiosa, suas regras orientativas, trata-se do sistema episcopal, em que o poder decisório concentra-se no Papa e vige o Código de Direito Canônico.

O Papa, por sua vez, elege bispos que são aqueles a quem foi confiado para determinada área geográfica, que é denominada Arqui/Diocese (Cân. 376). A Diocese é dividida em paróquias, que “é uma certa comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, cuja cura pastoral, sob a autoridade do Bispo diocesano, está confiada ao pároco, como a seu próprio pastor”. (Cân. 515)

O pároco é o administrador da paróquia que junto com o Conselho de Assuntos Econômicos, que nos termos do cânon 492 do Código de Direito Canônico, ajuda-o a refletir, acompanhar e incentivar as atividades econômico-administrativas, dentro das exigências de sua linha pastoral. Ele ainda conta com a cooperação dos diáconos e com a ajuda de fiéis leigos, nos termos do direito.

Cân. 225:

§ 1. Os leigos, uma vez que, como todos os fiéis, são deputed para o apostolado em virtude do baptismo e da confirmação, têm a obrigação geral e gozam do direito de, quer individualmente quer reunidos em associações, trabalhar para que a mensagem divina da salvação seja conhecida e recebida por todos os homens e em todas as partes da terra; esta obrigação torna-se mais urgente nas circunstâncias em que só por meio deles os homens podem ouvir o Evangelho e conhecer a Cristo. § 2. Têm ainda o dever peculiar de, cada qual segundo a própria condição, imbuir e aperfeiçoar com espírito evangélico a ordem temporal, e de dar testemunho de Cristo especialmente na sua actuação e no desempenho das suas funções seculares.

### **2.3 Contabilidade para Instituições Religiosas**

A contabilidade das instituições religiosas se equipara ao utilizado pelas demais empresas, aplica-se a elas a ITG 2002, que são normas para as entidades sem finalidade de lucros os Princípios de Contabilidade e esta Interpretação. Aplica-se também a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IFRS completas) naqueles aspectos não abordados por esta Interpretação.

De acordo com a ITG 2002 a Entidade sem Finalidade de Lucros, deve apresentar as seguintes demonstrações contábeis: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicáveis.

Com base no Art. 1.179, o empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

O Artº 17 da ITG 2002 cita que: “Os registros contábeis devem ser segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais, aportadores, reguladores e usuários em geral.”

Segundo Henrique (2012.p.40), “o Balanço Patrimonial é um relatório contábil que demonstra todos os recursos que estão sendo movimentados pelas mitras diocesanas e paróquias em um determinado momento.” Ele é um relatório obrigatório para a contabilidade nas paróquias.

A emissão do Balanço Patrimonial é obrigatória e executada pela contabilidade da Mitra Diocesana, após a centralização dos registros das paróquias. (SBC, 2012)

A Demonstração do Resultado do Exercício tem como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período. Segundo a NBC T.3 de 1990, a DRE deve ser reconhecida, respeitando-se o princípio da competência e da oportunidade.

De acordo com a ITG 2002 art. 10 para as instituições religiosas: “Os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social e demais atividades”

As receitas das instituições religiosas são entradas derivadas da devolução de dízimos e ofertas por parte dos leigos e podem ser caracterizadas como ordinárias, pois provém das atividades fim da igreja. Existem também as receitas extraordinárias, que provém de transações não incluídas na atividade fim da igreja e de acontecimentos eventuais, entre outras (SOARES, 2008).

Quanto ao dízimo, no sentido pastoral, não deveria ser visto como um meio para obter receitas para a manutenção da Igreja, mas como um meio de assegurar a sua missão, pois há outros meios que organização religiosa poderá angariar recursos para sua manutenção, como por exemplo, a realização de atividades culturais e promocionais (shows, bailes, jantares etc.) (PEREIRA, 2008)

Já as despesas são gastos inerentes ao desenvolvimento das atividades da instituição e são efetivadas pela utilização de serviço ou consumo de bens. As despesas também se classificam como ordinária e extraordinária: a primeira se dá pelo gasto para a executar as atividades normais da igreja e a segunda acontece pontualmente. (SOARES, 2008)

Segundo a NBC T3, a DRE de uma instituição religiosa compreenderá:

As receitas e os ganhos do período, independentemente de seu recebimento;

Os custos, despesas, encargos e perdas pagos ou incorridos, correspondentes a esses ganhos e receitas.

A ordem que compreende a DRE:

As receitas decorrentes da exploração das atividades fins;  
Os impostos incidentes sobre as operações, os abatimentos, as devoluções e os cancelamentos;  
Os custos dos produtos ou mercadorias vendidos e dos serviços prestados;  
O resultado bruto do período;  
Os ganhos e perdas operacionais;  
As despesas administrativas, com vendas, financeiras e outras e as receitas financeiras;  
O resultado operacional;  
As receitas e despesas e os ganhos e perdas não decorrentes das atividades-fins;  
O resultado antes das participações e dos impostos;  
As provisões para impostos e contribuições sobre o resultado;  
As participações no resultado;  
O resultado líquido do período os custos, despesas, encargos e perdas pagos ou incorridos, correspondentes a esses ganhos e receitas.

Segundo a NBC TG 03 de 2016, as informações sobre o fluxo de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa. As decisões econômicas que são tomadas pelos usuários exigem avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da época de sua ocorrência e do grau de certeza de sua geração.

A movimentação das disponibilidades do caixa e equivalentes deve ser estruturada em três grupos: operacionais, investimento e financiamento. Há dois métodos para a apresentação do DFC: o método direto e o método indireto.

A opção pelo método direto deve apresentar, no mínimo, os seguintes tipos de pagamentos e recebimentos relacionados às operações: “recebimentos de clientes; Pagamentos de fornecedores empregados; juros pagos; imposto de renda pago; outros recebimentos e pagamentos”.

Neste método começa-se a explicação dos caixas gerados pelas operações da entidade pelo recebimento de vendas e /ou serviços prestados.

O método indireto consiste na demonstração dos recursos provenientes das atividades operacionais a partir do superávit líquido,

ajustados pelos itens que afetam o resultado (tais como depreciação, amortização e exaustão), mas que não modificam o caixa da entidade. Apesar de seguir a mesma linha, comenta que no método indireto parte-se do superávit líquido para, após os ajustes necessários chegar-se ao valor das disponibilidades produzidas no período pelas operações registradas na DRE, o autor destaca que as comparações se estendem apenas às contas circulantes.

“A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido mostra variações ocorridas, durante o exercício” (HENRIQUE, 2012)

As notas explicativas complementam o conjunto das demonstrações contábeis e objetivam evidenciar, de forma clara e precisa, os procedimentos adotados pela contabilidade ao elaborar as demonstrações contábeis, bem como esclarecer operações realizadas pela organização.

As informações contidas nas notas explicativas são de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física e social. Todas as informações devem ser relevantes quantitativa e qualitativamente. De acordo com a NBCT 10.19 de 2000, as notas explicativas devem conter as seguintes informações:

- O resumo das principais práticas contábeis;
- Os critérios de apuração das receitas e das despesas, especialmente com gratuidades, doações, subvenções, contribuições e aplicações de recursos;
- As contribuições previdenciárias relacionadas com a atividade assistencial devem ser demonstradas como se a entidade não gozasse de isenção, conforme normas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- As subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
- Os fundos de aplicação restrita e responsabilidades decorrentes desses fundos;
- Evidenciação dos recursos sujeitos a restrições ou vinculações por parte do doador;
- Eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
- As taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- Informações sobre os tipos de seguro contratados;
- As entidades beneficiadas com isenção de tributos e contribuições devem evidenciar suas receitas com e sem gratuidade de forma segregada, e os benefícios fiscais gozados.

A prestação de contas também é contemplada na visão eclesial católica, e, segundo o Direito Canônico, os administradores devem prestar contas aos fiéis de suas ofertas à igreja (Cân. 1287 § 2). A Igreja deverá divulgar a prestação de conta aos leigos da forma a mais adequada a sua

paróquia, por meio de avisos nas missas, divulgação em flanelógrafo ou por informativos, para um melhores gerenciamento e administração, as paróquias, ao prestarem contas das suas arrecadações, deverão fazê-lo de maneira mais adequada à realidade da comunidade, seja por meio de boletins informativos, de avisos na missa ou em murais na igreja, pois, segundo Pereira (2008, p.164), “os fiéis que colaboram desejam saber o destino de suas contribuições”.

Com base nos estudos de Assis, Mello e Slomski (2006, p.14) sobre a prestação de contas nas instituições religiosas: “gera uma maior transparência à entidade, e conseqüentemente, contribui para a imagem da instituição, aumentando a confiança dos doadores, o que garantirá a sustentabilidade da organização através de um fluxo contínuo de doações de recursos”.

### **3 METODOLOGIA**

Com o objetivo geral de analisar como as organizações religiosas organizam e controlam suas entradas e saídas de recursos para tomada de decisão e propor relatórios que ressaltem a relevância da informação contábil para essas instituições.

Esta pesquisa é de caráter descritivo. De acordo com Gil, “as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. (GIL, 2002, p.42)

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa será um estudo de caso, que “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 2002, p. 54) e “proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.” (GIL, 2002, p. 55)

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica na qual sua principal vantagem “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que ele poderia pesquisar diretamente.” (GIL, 2002, p. 45)

A pesquisa foi de caráter documental que “segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas.” (GIL, 2002, p. 46)

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa é qualitativa “que é aquela que não se preocupa com representação numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (SOUZA, SOARES 2015, p. 10)

## **4 RESULTADOS**

### **4.1 Apresentação da Organização Religiosa**

O presente trabalho foi realizado em uma Organização Religiosa Católica, localizada na Arquidiocese de Belém do Pará. É administrada por um padre religioso da Congregação da Missão, que não tem nenhuma formação na área contábil.

Analisou-se que a referida paróquia é constituída legalmente, tendo o seu CNPJ como filial da Mitra Arquidiocesana de Belém. E um decreto de criação, feito pelo bispo em exercício da época.

### **4.2 Informações utilizadas pela Organização Religiosa**

A paróquia envia mensalmente um relatório de entradas e saídas para a Mitra Arquidiocesana e esta por sua vez consolida os dados de todas as suas filiais. A paróquia também realiza a emissão de DARF. Observou-se que a Instituição Religiosa não utiliza demonstrativos contábeis como Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) para controle e tomada de decisão.

Os dados disponibilizados e ditos como utilizados foram planilhas com entradas e saídas de caixa. A tabela 1 representa a arrecadação e a saída de recursos da paróquia no primeiro trimestre de 2022.

Tabela 1: Prestação de Contas do 1º trimestre 2022

<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS 1º TRIMESTRE 2022</b>			
<b>Entrada</b>	<b>Janeiro</b>	<b>Fevereiro</b>	<b>Março</b>
Dízimo	R\$ 22.710,45	R\$ 25.192,50	R\$ 26.828,00
Coletas (Ofertas - Missas)	R\$ 7.767,35	R\$ 7.215,20	R\$ 11.375,85
Intenções	R\$ 720,00	R\$ 797,00	R\$ 750,00
Doação	R\$ 1.589,15	R\$ 100,00	R\$ 480,00
Festejos	R\$ 19.737,04	R\$ 463,50	R\$ -
Prêmio não resgatado do Festejo	R\$ 1.500,00	R\$ -	R\$ -
Repassse Capela 1 (Out e Nov. 2021)	R\$ 1.106,65	R\$ -	R\$ -
Repassse Capela 2	R\$ 367,70	R\$ 140,00	R\$ 165,00
Repassse Capela 3	R\$ 142,00	R\$ 136,50	R\$ 129,00
Serviço de 2ª Via de Certidão	R\$ -	R\$ -	R\$ 60,00
Missa Particular	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ -
Batismo	R\$ 70,00	R\$ 320,00	R\$ 930,00
Outras entradas	R\$ 80,00	R\$ 70,00	R\$ 65,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 56.040,34</b>	<b>R\$ 34.684,70</b>	<b>R\$ 40.782,85</b>
<b>Saída</b>			
Folha de pagamento	R\$ 4.501,67	R\$ 5.714,74	R\$ 4.593,64
Salário dos padres	R\$ 2.200,00	R\$ 1.212,00	R\$ 2.424,00
Guia da Previdência Social (GPS)	R\$ 2.106,96	R\$ 2.157,98	R\$ 2.199,86
Férias Padre	R\$ 3.300,00	R\$ -	R\$ -
Férias Funcionário	R\$ -	R\$ 1.490,37	R\$ -
FGTS	R\$ 698,26	R\$ 513,44	R\$ 537,14
DARF	R\$ 62,28	R\$ 64,18	R\$ 67,14
DARF 13/2021	R\$ 50,00	R\$ -	R\$ -
Cúria - Tributo Mensal	R\$ 2.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
Província - Repasse Mensal	R\$ 2.232,02	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
Manutenção Conta Bancária	R\$ 99,00	R\$ 99,00	R\$ 99,00
Sigepa	R\$ 190,00	R\$ 190,00	R\$ 190,00
Sistema Dízimo Servo Fiel	R\$ 295,00	R\$ 295,00	R\$ 295,00
Seguradora	R\$ 87,90	R\$ 87,90	R\$ 87,90
Energia Elétrica	R\$ 3.307,77	R\$ 703,46	R\$ 1.226,53
Cosanpa - água e esgoto	R\$ 87,90	R\$ 87,90	R\$ 87,90

Telefone Fixo e Internet(Claro/Net)	R\$ 284,38	R\$ 284,38	R\$ 284,38
Celular secretaria	R\$ 40,88	R\$ 39,99	R\$ 39,99
Supermercado	R\$ 551,96	R\$ 1.422,57	R\$ 1.443,91
Farmácia	R\$ 246,13	R\$ 542,18	R\$ 533,39
Combustível	R\$ 450,00	R\$ 550,00	R\$ 750,00
Passagens Urbanas	R\$ 172,80	R\$ 172,80	R\$ 187,20
Materiais Diversos	R\$ 220,00	R\$ 269,01	R\$ 786,90
Espórtulas	R\$ 200,00	R\$ 100,00	R\$ -
Doação Maria de Deus (Aluguel, energia elétrica e doação)	R\$ 343,62	R\$ 841,04	R\$ 348,03
Esmola	R\$ 43,85	R\$ -	R\$ 10,14
Formação	R\$ 2.000,00	R\$ 2.437,53	R\$ 2.588,20
Contador	R\$ 1.100,00	R\$ 1.212,00	R\$ 1.212,00
Assessoria redes sociais	R\$ 900,00	R\$ 900,00	R\$ 900,00
Seguro Carro - 4ª parte	R\$ 455,80	R\$ -	R\$ -
Parcelamento Imagem São João	R\$ -	R\$ 1.790,00	R\$ 1.790,00
Parcelamento Imagens da Imaculada peregrinação	R\$ -	R\$ 400,00	R\$ 520,00
Parcelamento Porta de Vidro	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.300,00
Parcelamento Confessionário	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.150,00
Parcelamento Imagem Imaculada com auréola	R\$ -	R\$ -	R\$ 815,00
Passagem Férias Padre	R\$ 760,63	R\$ -	R\$ -
Bateria para carro	R\$ 440,00	R\$ -	R\$ -
Serviços chaveiro diversos	R\$ 105,00	R\$ -	R\$ -
Adubo para Jardim	R\$ 60,00	R\$ -	R\$ -
Serviço eletricitista	R\$ 50,00	R\$ -	R\$ -
Bobinas de papel	R\$ 28,00	R\$ -	R\$ -
Despesas com Jantar	R\$ 150,00	R\$ -	R\$ -
Força de Áudio de 3200w para Igreja	R\$ -	R\$ 1.800,00	R\$ -
Serviço prestado	R\$ -	R\$ 1.500,00	R\$ -
Vidro para mesa da Sacristia	R\$ -	R\$ 395,00	R\$ -
Consertos Ventiladores	R\$ -	R\$ 310,00	R\$ -
Vinho para missa	R\$ -	R\$ 247,60	R\$ -
Gás de cozinha	R\$ -	R\$ 210,00	R\$ -
Troca de Fechadura	R\$ -	R\$ 170,00	R\$ -

Conserto Impressora Sala do Dízimo	R\$ -	R\$ 150,00	R\$ -
Serviço e acessórios para portão do estacionamento	R\$ -	R\$ 150,00	R\$ -
Imagens restauração	R\$ -	R\$ 150,00	R\$ -
Contribuição para Sínodo 2022	R\$ -	R\$ 70,00	R\$ -
Manutenção Refletores	R\$ -	R\$ 50,00	R\$ -
Restauração cálices, coroa e ambula	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.200,00
Computador para Sala do Dízimo e serviço de instalação	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.702,00
Porta Turíbulo	R\$ -	R\$ -	R\$ 603,95
Círio Pascal	R\$ -	R\$ -	R\$ 580,00
Acessórios para banheiros	R\$ -	R\$ -	R\$ 465,23
Serviço eletricitista	R\$ -	R\$ -	R\$ 250,00
Incenso para celebrações	R\$ -	R\$ -	R\$ 228,00
Hóstias e Partículas	R\$ -	R\$ -	R\$ 220,00
Velas do Batismo e certificados	R\$ -	R\$ -	R\$ 216,00
Quadro para Foto de NSra.de Guadalupe	R\$ -	R\$ -	R\$ 160,00
Restauração Imagem Imaculada Conceição	R\$ -	R\$ -	R\$ 100,00
Manutenção Portão Casa Paroquial	R\$ -	R\$ -	R\$ 60,00
Livros para uso dos catequistas Matriz e comunidades	R\$ -	R\$ -	R\$ 657,44
Taxa da catequese referente ao ano 2021 e 2022	R\$ -	R\$ -	R\$ 268,00
Despesas com retiro catequese	R\$ -	R\$ -	R\$ 54,00
Retiro do Sínodo – colaboração	R\$ -	R\$ -	R\$ 100,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 29.821,81</b>	<b>R\$ 33.280,07</b>	<b>R\$ 38.831,87</b>
<b>TOTAL ENTRADA</b>	R\$ 56.040,34	R\$ 34.684,70	R\$ 40.782,85
<b>SALDO ANTERIOR</b>	R\$ 58.047,37	R\$ 84.265,90	R\$ 85.670,53
<b>TOTAL DE RECEITA</b>	R\$ 114.087,71	R\$ 118.950,60	R\$ 126.453,38
<b>TOTAL DE DESPESAS</b>	R\$ 29.821,81	R\$ 33.280,07	R\$ 38.831,87
<b>SALDO TOTAL</b>	R\$ 84.265,90	R\$ 85.670,53	R\$ 87.621,51

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Verificou-se a partir da análise da documentação elaborada pela instituição que a entidade não cumpre a legislação quanto à elaboração das demonstrações contábeis conforme recomenda o Conselho Federal de

Contabilidade (CFC), pois dentre as demonstrações obrigatórias, eles não apresentam Balanço Patrimonial, o Fluxo de Caixa, DRE e nenhum tipo de Notas Explicativas. Sendo de responsabilidade da Mitra Arquidiocesana o envio das informações contábeis consolidadas para o fisco.

Observa-se também que a forma de apresentação não segrega o que são despesas operacionais e administrativas da paróquia. Portanto, para a instituição religiosa em questão, verifica-se que os administradores desconhecem os demonstrativos contábeis e o seu benefício informacional.

Apesar de considerarem as informações contábeis relevantes, não executam as recomendadas pelo CFC para a organização por falta de uma orientação qualificada. Durante a pesquisa identificou-se que a instituição paga um serviço contábil, mas os únicos serviços utilizados são geração de guia de impostos e acompanhamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Como base nas informações obtidas, esta pesquisa propõe algumas ferramentas de controle simples com base em estruturas de relatórios contábeis.

#### 4.3 Proposta de relatórios de melhoria e sua relevância informacional

Com base no formato das informações obtidas que são semelhantes ao controle de disponibilidades. Observou-se que a planilha é grande e com várias informações, sendo que algumas delas duplicadas e com possibilidade de serem agregadas. O quantitativo de informações e a forma como a planilha foi organizada impede ou dificulta a avaliação dos resultados. Por isso, a sugestão é dividir em duas tabelas, uma com arrecadação do mês e outra com as despesas mensais.

A proposta é utilizar as informações já existentes, dividindo a tabela em duas. Uma tabela da arrecadação (Tabela 2) e outra de saída (Tabela 3) organizada por meses permitindo observar a variação das entradas, bem como das saídas.

Tabela 2: Proposta de relatório de análise de entrada de recursos

<b>Entrada</b>	<b>Janeiro</b>	<b>%</b>	<b>Fevereiro</b>	<b>%</b>	<b>Março</b>	<b>%</b>
Dízimo	R\$ 22.710,45	<b>40,5%</b>	R\$ 25.192,50	<b>72,6%</b>	R\$ 26.828,00	<b>65,8%</b>

Coletas	R\$ 7.767,35	<b>13,9%</b>	R\$ 7.215,20	<b>20,8%</b>	R\$ 11.375,85	<b>27,9%</b>
Intenções	R\$ 720,00	<b>1,3%</b>	R\$ 797,00	<b>2,3%</b>	R\$ 750,00	<b>1,8%</b>
Doação	R\$ 1.589,15	<b>2,8%</b>	R\$ 100,00	<b>0,3%</b>	R\$ 480,00	<b>1,2%</b>
Receita dos Festejos	R\$ 19.737,04	<b>35,2%</b>	R\$ 463,50	<b>1,3%</b>	R\$ -	<b>0,0%</b>
Prêmio não resgatado do Festejo	R\$ 1.500,00	<b>2,7%</b>	R\$ -	<b>0,0%</b>	R\$ -	<b>0,0%</b>
Repasso das Capelas	R\$ 1.616,35	<b>2,9%</b>	R\$ 276,50	<b>0,8%</b>	R\$ 294,00	<b>0,7%</b>
2ª Via de Certidão (Batismo/Matrimônio)	R\$ -	<b>0,0%</b>	R\$ -	<b>0,0%</b>	R\$ 60,00	<b>0,1%</b>
Missa Particular	R\$ 250,00	<b>0,4%</b>	R\$ 250,00	<b>0,7%</b>	R\$ -	<b>0,0%</b>
Batismo	R\$ 70,00	<b>0,1%</b>	R\$ 320,00	<b>0,9%</b>	R\$ 930,00	<b>2,3%</b>
Outras entradas	R\$ 80,00	<b>0,1%</b>	R\$ 70,00	<b>0,2%</b>	R\$ 65,00	<b>0,2%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 56.040,34</b>		<b>R\$ 34.684,70</b>		<b>R\$ 40.782,85</b>	
<b>VARIAÇÃO MENSAL</b>			<b>-38,11%</b>		<b>17,58%</b>	

Fonte: Elaborada pelos autores (2022)

De acordo com as observações da Tabela 2 é possível ver a melhoria no relatório, tendo em vista que as entradas foram categorizadas por tipos, retirada as contas duplicadas e ao final informada a variação mensal, que não continha na planilha utilizada pela paróquia. Variação mensal que tem como referência o mês anterior e possibilita ao gestor ao longo do exercício apresentado, verificar mais claramente de acordo com as porcentagens das receitas de maior representatividade.

Tabela 3: Proposta de relatório de análise de saídas de recursos

Saída	Janeiro	%	Fevereiro	%	Março	%
Folha de pagamento	R\$ 6.701,67	<b>22,5%</b>	R\$ 6.926,74	<b>20,8%</b>	R\$ 7.017,64	<b>18,1%</b>
Previdência Social	R\$ 2.106,96	<b>7,1%</b>	R\$ 2.157,98	<b>6,5%</b>	R\$ 2.199,86	<b>5,7%</b>
Férias	R\$ 3.300,00	<b>11,1%</b>	R\$ 1.490,37	<b>4,5%</b>	R\$ -	<b>0,0%</b>
FGTS	R\$ 698,26	<b>2,3%</b>	R\$ 513,44	<b>1,5%</b>	R\$ 537,14	<b>1,4%</b>
Darf	R\$ 112,28	<b>0,4%</b>	R\$ 64,18	<b>0,2%</b>	R\$ 67,14	<b>0,2%</b>
Cúria - Repasse Mensal	R\$ 2.000,00	<b>6,7%</b>	R\$ 2.500,00	<b>7,5%</b>	R\$ 2.500,00	<b>6,4%</b>
Província - Repasse Mensal	R\$ 2.232,02	<b>7,5%</b>	R\$ 2.000,00	<b>6,0%</b>	R\$ 2.000,00	<b>5,2%</b>
Manutenção Conta Bancária	R\$ 99,00	<b>0,3%</b>	R\$ 99,00	<b>0,3%</b>	R\$ 99,00	<b>0,3%</b>
Software	R\$ 485,00	<b>1,6%</b>	R\$ 485,00	<b>1,5%</b>	R\$ 485,00	<b>1,2%</b>
Energia Elétrica	R\$ 3.307,77	<b>11,1%</b>	R\$ 703,46	<b>2,1%</b>	R\$ 1.226,53	<b>3,2%</b>

Água e Esgoto	R\$ 87,90	0,3%	R\$ 87,90	0,3%	R\$ 87,90	0,2%
Telefone Fixo e Internet	R\$ 284,38	1,0%	R\$ 284,38	0,9%	R\$ 284,38	0,7%
Telefone Móvel	R\$ 40,88	0,1%	R\$ 39,99	0,1%	R\$ 39,99	0,1%
Serviço Contabilidade	R\$ 1.100,00	3,7%	R\$ 1.212,00	3,6%	R\$ 1.212,00	3,1%
Assessoria redes sociais	R\$ 900,00	3,0%	R\$ 900,00	2,7%	R\$ 900,00	2,3%
Seguradora	R\$ 87,90	0,3%	R\$ 87,90	0,3%	R\$ 87,90	0,2%
Espórtulas	R\$ 200,00	0,7%	R\$ 100,00	0,3%	R\$ -	0,0%
Formação	R\$ 2.000,00	6,7%	R\$ 2.507,53	7,5%	R\$ 3.667,64	9,4%
Manutenção Predial	R\$ 215,00	0,7%	R\$ 1.225,00	3,7%	R\$ 775,23	2,0%
Manutenção do Som	R\$ -	0,0%	R\$ 3.300,00	9,9%	R\$ -	0,0%
Imagens restauração	R\$ -	0,0%	R\$ 150,00	0,5%	R\$ 100,00	0,3%
Parcelamentos Diversos	R\$ 455,80	1,5%	R\$ 2.190,00	6,6%	R\$ 5.575,00	14,4%
Computador e serviço de instalação	R\$ -	0,0%	R\$ -	0,0%	R\$ 1.702,00	4,4%
Material Litúrgico	R\$ -	0,0%	R\$ 247,60	0,7%	R\$ 4.207,95	10,8%
Gás de cozinha	R\$ -	0,0%	R\$ 210,00	0,6%	R\$ -	0,0%
Despesas com Jantar	R\$ 150,00	0,5%	R\$ -	0,0%	R\$ -	0,0%
Passagem Aérea	R\$ 760,63	2,6%	R\$ -	0,0%	R\$ -	0,0%
Bateria para carro	R\$ 440,00	1,5%	R\$ -	0,0%	R\$ -	0,0%
Supermercado	R\$ 551,96	1,9%	R\$ 1.422,57	4,3%	R\$ 1.443,91	3,7%
Farmácia	R\$ 246,13	0,8%	R\$ 542,18	1,6%	R\$ 533,39	1,4%
Combustível	R\$ 450,00	1,5%	R\$ 550,00	1,7%	R\$ 750,00	1,9%
Passagens Urbanas	R\$ 172,80	0,6%	R\$ 172,80	0,5%	R\$ 187,20	0,5%
Materiais Diversos	R\$ 248,00	0,8%	R\$ 269,01	0,8%	R\$ 786,90	2,0%
Doação para outra Instituição	R\$ 343,62	1,2%	R\$ 841,04	2,5%	R\$ 348,03	0,9%
Esmola	R\$ 43,85	0,1%	R\$ -	0,0%	R\$ 10,14	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 29.821,81</b>		<b>R\$ 33.280,07</b>		<b>R\$ 38.831,87</b>	
<b>VARIAÇÃO MENSAL</b>			<b>11,60%</b>		<b>16,68%</b>	

Fonte: Elaborada pelos autores (2022)

Semelhante a tabela de entradas, podemos observar na Tabela 3 as saídas categorizadas por tipos, retirada as contas duplicadas e ao final informada a variação mensal. E com as porcentagens de representatividade, analisar as saídas que mais consomem seu caixa, contribuindo na tomada de decisões para os meses futuros.

## 5 Conclusão

A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, conclui-se que a organização religiosa precisa aprimorar o modelo de controle de entradas e

saídas de recursos e procurar entender as informações contábeis que são relevantes para a tomada de decisão. Sugere-se a utilização de uma nomenclatura padrão para entradas e saídas similares, recorrentes em meses subsequentes. Bem como a utilização de um indicador que ajude o gestor eclesial a entender a variação de entradas e saídas mensais dos recursos.

A referida instituição religiosa é constituída legalmente como uma filial, contendo um CNPJ próprio interligado a sua Arquidiocese. Porém, não utiliza demonstrações contábeis obrigatórias prescritas nas Normas Brasileiras de Contabilidade, utilizam apenas um relatório de entradas e saídas de recursos, que não constituem um meio relevante na tomada de decisões. Para conseguir concretizar um relatório contábil como o balanço seria necessário o levantamento de outras informações da paróquia, como o imobilizado, empréstimos e passivos de longo prazo.

Devido a falta da apresentação das devidas demonstrações contábeis, nota-se que não se tem dados suficientes da paróquia estudada para uma tomada de decisão segura. Contudo, com o tratamento dos dados apresentados pela paróquia se obteve um novo relatório, apresentado nas tabelas 2 e 3, de forma que as contas estão agrupadas por categoria e ao lado de cada conta seu percentual de representatividade, ao fim de cada mês a variação mensal positiva ou negativa de suas entradas e saídas, facilitando que o gestor tome decisões de como e onde alocar os recursos e quais aquisições ele poderá fazer nos períodos subsequentes.

Para trabalhos futuros destaca-se o levantamento fidedigno de todos os bens, direitos e obrigações para que possa se consolidar as demonstrações obrigatórias da paróquia.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, M. S. de; MELLO, G. R. de; SLOMSKI, V. **Transparência nas Entidades do Terceiro Setor: A Demonstração do Resultado Econômico como Instrumento de Mensuração de Desempenho**. Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade vol. 3. 2006.

BRASIL, Casa Civil. **Código Civil**. Acesso em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em: 20.fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.406/2002**. Brasília, DF: Presidência da República

BRASIL. **Lei nº 13.019 de 31 de Julho de 2014**. Brasília, DF: Presidência da República

BRASIL. **Lei nº 13.204 de 14 de dezembro de 2015**. Brasília, DF: Presidência da República

**CÓDIGO de Direito Canônico**. ed. São Paulo: Loyola, 2011

FALCONER, Andrés Pablo. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém Público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994

FISCHER, R. M. **O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor**. São Paulo: Gente, 2002

GIL, Antonio Carlos, **1946- Como elaborar projetos de pesquisa**. Antonio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

HENRIQUE, Nereudo Freire. **Fundamentos da Gestão Eclesial**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

ITG. **(R1) – Entidade Sem Finalidade De Lucros**. 2002. Acesso em: <https://www.lei13019.com.br/legislacao/arquivo/82.pdf>. 29 mar 2022

LACRUZ, A.J. **Gestão de Projetos do Terceiro Setor**. Rio de Janeiro/RJ: Alta book, 2014. p.3

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 14.º ed. São Paulo: Atlas, 2008

NBC. (R3) – **Demonstração Dos Fluxos De Caixa**. 2002. Acesso em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG03\(R3\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG03(R3).pdf). 29 mar 2022

PEREIRA, J, C. **Guia de gerenciamento e administração paroquial**. São Paulo: Paulus, 2008.

SABO, José Eduardo. **Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários**. Imprensa: Rio de Janeiro, Forense, 2020.

SANTOS, Suely Xavier dos. **Organização do Terceiro Setor**. Universidade Potiguar - UnP. 2012

SBC – Sociedade Brasileira de Canonistas. **Administração Paroquial**. Info SBC Informativo: 2012

SOARES, A. L. C. **Administração Financeira e Legislação Trabalhista para Igrejas**. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008

SOUZA, Aline Cristina de; SOAREZ, Gláucia Aparecida Mendes. **Contabilidade Nas Instituições Religiosas**. 2015.